

MERCADOS DE TRABALHO RURAIS (MTR): PORQUE SÃO NEGLIGENCIADOS E QUE IMPLICAÇÕES PARA A ESTRUTURA PRODUTIVA EM MOÇAMBIQUE?¹

Rosimina Ali

Introdução

As áreas rurais de Moçambique continuam a albergar a maioria (cerca de 70%) da população total² do país e registam os níveis mais altos de pobreza monetária no país, com tendência de aumento (de 55.3% em 2002/2003 para 56.9% em 2008/2009) (INE 2009; GoM 2011).

Existe um interesse na questão sobre Mercados de Trabalho Rurais (adiante referido como MTR) depois de longos períodos de se considerar a sua ausência em dinâmicas de emprego, acumulação e pobreza em África. Entretanto, a forma como esta questão tem sido, convencionalmente, analisada em Moçambique tem-se revelado ainda limitada para a abordar coerentemente.

A relevância de uma análise mais aprofundada dos padrões e dinâmicas dos mercados de trabalho é reforçada ao considerar que a força de trabalho não é um simples activo e que os mercados de trabalho são centrais na estrutura produtiva e sistema de acumulação. Isto, *inter alia*, pelas ligações que estimulam entre diferentes agentes e actividades na economia em contexto estruturais, de processos e de relações socioeconómicos específicos.

1 Este artigo baseia-se numa análise mais geral desenvolvida e discutida no texto de Ali (2013).

2 Segundo o Censo da população de 2007, a população moçambicana é de 20 632 434 de habitantes (INE, 2009).

De uma análise do debate actual e da literatura sobre formas de trabalho prevalentes nas áreas rurais de Moçambique, verifica-se uma contradição em relação à importância do trabalho assalariado. Por um lado, na análise convencional, assente numa perspectiva dualista, a incidência do trabalho assalariado rural é indicada como marginal, reflectindo o facto de o meio rural ser assumido como dominado pela produção de pequenos camponeses orientada para a subsistência e dependente de um trabalho familiar que não participa sistematicamente no mercado de trabalho. Nesta visão, encontram-se subjacentes os documentos de política pública com grande parte das análises baseadas em dados de inquéritos oficiais de grande escala.

Por outro lado, estudos independentes revelam que o trabalho assalariado rural, muitas vezes desenvolvido sob formas temporárias (eventual e sazonal) e em condições diferenciadas, múltiplas e precárias, é predominante e relevante nas zonas rurais de Moçambique. A maioria desta evidência é suportada por estudos de campo e/ou por estatísticas independentes.

Daqui, parece crucial investigar esta contradição para perceber o que de facto está a acontecer.

Argumenta-se que o método de análise (abordagem analítica e metodologia de tratamento da informação) subjacente a distintas posições pode permitir (ou não) perceber padrões rurais reais, onde específicas formas de trabalho acontecem e se desenvolvem. Sob uma perspectiva do sistema de acumulação e sua ligação com a reprodução social, avança-se que este conhecimento tem implicações para o desenvolvimento da base produtiva, as dinâmicas de acumulação e de pobreza em Moçambique.

O artigo está organizado em cinco secções. Para além da primeira, que contempla esta nota introdutória, a segunda secção analisa as evidências sobre os MTR em Moçambique, em particular sobre a sua importância. A terceira secção reflecte sobre o porque das lacunas nas evidências sobre os MTR. A quarta secção discute as implicações da negligência dos MTR para a estrutura produtiva em Moçambique e a última equaciona as conclusões.

Um olhar sobre a evidência a volta dos MTR em Moçambique

O modo como a informação é recolhida e tratada pode influenciar o entendimento sobre dinâmicas reais, como a incidência e relevância (ou não) do trabalho assalariado rural. Duas fontes de informação são consideradas: (i) inquéritos oficiais de grande escala e (ii) dados de estudos de campo e de estatísticas de estudos independentes. A primeira fonte de informação indica que a incidência

do trabalho assalariado é marginal e este não é relevante nas zonas rurais de Moçambique, enquanto a última fonte de informação aponta para uma predominância e importância de formas diversificadas de trabalho assalariado rural (principalmente desenvolvidas em condições temporárias) em Moçambique.

O que mostram as estatísticas oficiais?

De acordo com uma série de estatísticas oficiais que recolhem informação sobre padrões e dinâmicas rurais, incluindo características sobre o emprego, é indicado que a maioria da PEA³ rural tem como actividade económica principal a agricultura, conforme ilustrado na tabela 1. O remanescente da PEA rural (uma minoria) é indicada como ligada a uma outra ‘actividade principal’ como serviços, indústrias, transportes, construção, comércio ou outra.

Tabela 1: Percentagem da PEA que tem a agricultura como principal ocupação nas zonas rurais de Moçambique

Inquérito Oficial	% PEA com agricultura como principal ocupação nas zonas rurais
IAF 2002/2003	93%
IFTRAB 2004/2005	93%
IOF 2008/2009	94%
Censo 2007	89%
1º Trimestre INCAF 2012/2013	88%

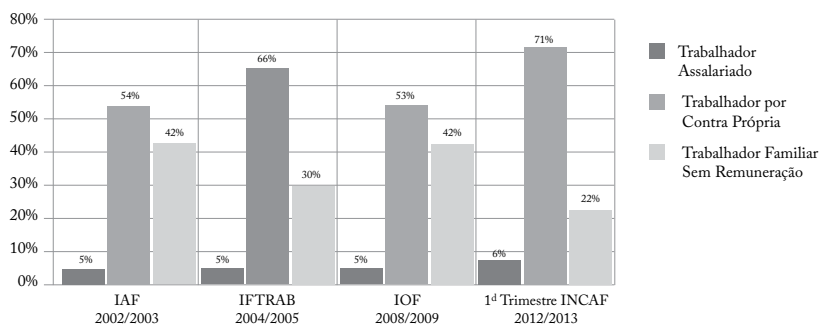
Fonte: INE, vários inquéritos e censo

A informação sobre o emprego em Moçambique tem, geralmente, sido captada de alguns módulos incluídos nos inquéritos oficiais, com especial destaque para o IAF⁴ o IOF⁵ e o INCAF⁶ dada a falta de um inquérito contínuo oficial com foco sobre características de emprego que permita analisar os padrões e tendências associados ao mercado de trabalho. O inquérito sobre a força de trabalho IFTRAB⁷ 2004/2005 é o ‘único’ que existiu. A nível nacional, as estimativas do IFTRAB 2004/2005 revelam que a maioria da PEA desenvolve trabalho por conta própria e trabalho familiar sem remuneração (62% e 25%, respectivamente) e apenas cerca de 13% é assalariada. Em termos regionais, o Sul do país evidencia uma maior PEA em trabalho assalariado (27%) do que o Centro (10%) e Norte (8%). Esta imagem do Sul do país pode reflectir o facto de esta região ter, há mais de um século, como fonte de emprego dominante o trabalho migratório para a África do Sul.

3 População Economicamente Activa (de 15 e mais anos); 87% no total e 94% nas zonas rurais (INE, 2011).
4 Inquérito aos Agregados Familiares.
5 Inquérito Contínuo aos Agregados Familiares.
6 Inquérito Integrado à Força de Trabalho.
7 Inquerito integrado à Força de Trabalho.

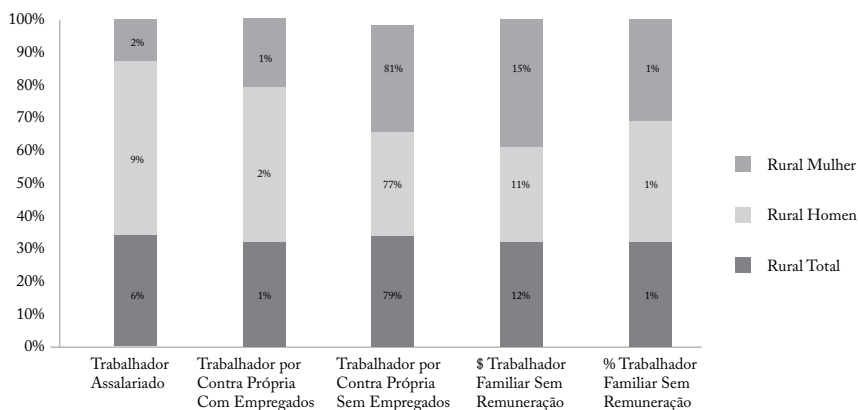
No concernente às zonas rurais do país, os inquéritos oficiais dos IAF, IFTRAB, IOF e INCAF, que são, convencionalmente, usados para analisar dinâmicas de emprego rural, reflectem uma imagem similar com respeito à situação ocupacional, onde a incidência do trabalho assalariado é mínima (apenas cerca de 5%) (INE 2003, 2006, 2011, 2013). Este é indicado como pouco importante para a maior parte da população rural que, segundo estas estimativas, tem como formas de trabalho predominantes o trabalho por conta própria (maioritariamente desempenhado na agricultura) e trabalho familiar sem remuneração (Gráfico 1).

Gráfico 1. Distribuição percentual da PEA por situação ocupacional de trabalho nas zonas rurais, Moçambique



Fonte: INE, vários inquéritos

Gráfico 2. Distribuição percentual da PEA por situação ocupacional de trabalho nas zonas rurais, Moçambique, Censo 2007

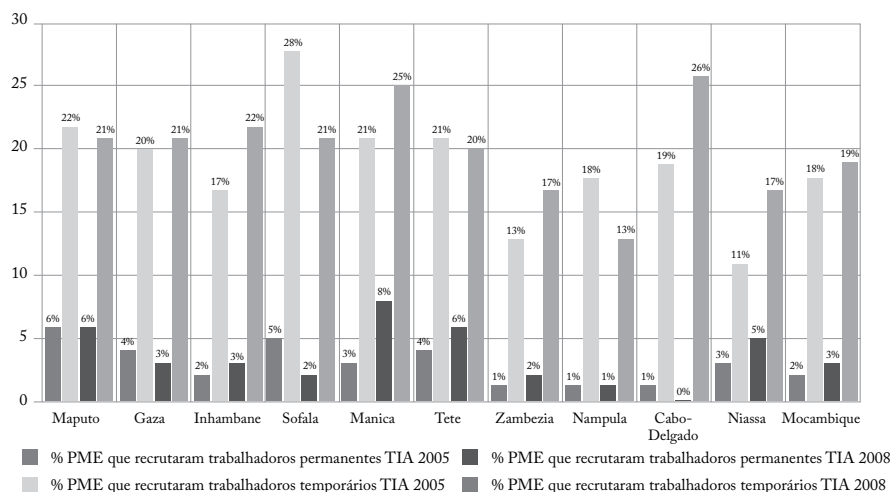


Fonte: Estimativas do autor sobre os dados do Censo 2007, INE 2009

Adicionalmente, o Censo da população de 2007 sugere que o trabalho assalariado é raro no seio da maioria da população rural que se revela ligada ao trabalho por

conta própria sem empregados e ao trabalho familiar sem remuneração. A pequena proporção da PEA ligada ao trabalho assalariado é maioritariamente masculina. As mulheres dominam as formas de trabalho familiar sem remuneração e por conta própria sem empregados (Gráfico 2) (INE 2009).

Gráfico 3. Recrutamento de força de trabalho assalariada pelas Pequenas e Médias Explorações (PME), Moçambique, TIA 2005 e TIA 2008



Fonte: Estimativas do autor sobre a base de dados do TIA 2005 e TIA 2008

Comparativamente aos inquéritos oficiais referidos, o TIA⁸ espelha uma incidência mais ampla do recrutamento de força de trabalho, embora a percentagem de explorações agro-pecuárias (pequenas, médias e grandes) que contratam força de trabalho se revele marginal. As pequenas e médias explorações são reveladas como a maioria no país. Os dados do TIA 2002 revelam que cerca de 40% dos empregadores das grandes explorações recrutaram força de trabalho assalariada temporária (para além da contratada a tempo inteiro). As pequenas e médias explorações utilizaram trabalhadores assalariados temporários (18% nas pequenas e 42% nas médias) e permanentes (3% no caso das pequenas e 31% nas médias) (Massingarella, Nhate & Oya 2005).

Os dados do TIA 2005 e TIA 2008 revelam, quer a nível nacional quer nos desagregados por províncias, que há uma utilização de mão-de-obra remunerada (tempo inteiro/permanente e temporária) que é recrutada fora do agregado familiar (adiante referido como AF) para actividades agro-pecuárias (INE 2005, 2008). Entretanto, verifica-se uma diferenciação por províncias e nas formas de

⁸ O Trabalho de Inquérito Agrícola é um inquérito agro-pecuário com módulos de emprego. Tem a particularidade de recolher informação sobre o empregador (grandes, médias e pequenas explorações).

recrutamento onde as formas de trabalho temporárias são as mais recrutadas (Gráfico 3).

Daqui, a imagem desta evidência reflecte a abordagem ou método de análise convencional que indica uma economia rural de subsistência com a maioria da população com pouco recurso ao trabalho assalariado e com predominância do auto-emprego (normalmente na agricultura) e do trabalho familiar não remunerado. Estas estimativas podem reflectir que estão ocultos padrões de emprego, ou por não serem predominantes (com influência do método de análise), ou pela limitada desagregação regional, ou ainda por possíveis erros de medição que inibem a qualidade dos dados (dada a sensibilidade das formas de trabalho temporário) e resultam na sua subestimação.

Perante este panorama, os agregados familiares rurais parecem ser equacionados a um grupo homogéneo, isolado e estático, com pouca estratificação entre si. Entretanto, algumas contradições e questões emergem. Será que existe uma homogeneidade nas características das famílias rurais e nas actividades desempenhadas por esta população em contexto de focos de acumulação regionais distintos? Será realístico considerar que a maior parte da população rural é meramente camponesa? Será possível desenvolver a actividade agrícola contando apenas com a mão-de-obra familiar? Como é que estas famílias rurais vêm canalizando os seus recursos financeiros? Será que esta camada da população produz tudo o que consome? Será que o mero envolvimento e dependência em agricultura para subsistência permite satisfazer despesas de serviços básicos não alimentares como a saúde e a educação?

O que revelam os estudos e estatísticas independentes?

A evidência resultante de uma série de estudos de campo e de estatísticas independentes contrasta com as estatísticas oficiais apresentadas ao revelar que os MTR são prevacentes, diversificados e cruciais no contexto do modo de acumulação dominante e no modo de vida de uma grande parte das famílias rurais em Moçambique.

A economia rural se encontra orgânica e estruturalmente ligada aos mercados de trabalho nacionais e regionais. Os mercados de trabalho são estruturalmente formados, reproduzidos e transformados de forma diferenciada e complexa, dependendo do contexto específico em que distintas relações socioeconómicas interagem (Fine 1998). As zonas rurais da economia de Moçambique são indicadas como um forte alicerce da base de acumulação de capital no país. Historicamente, a racionalidade do processo de produção em África esteve ligada aos processos estruturais de acumulação de capital que se afiguram

associados aos processos de proletarização (Sender & Smith 1986; O’Laughlin 2001). No período colonial, o modo de acumulação dominante esteve assente na expropriação do campesinato (principalmente o pobre e médio) de quem dependia grande parte das exportações do país em excedentes agrícolas de culturas de rendimento (como o tabaco, o algodão, o açúcar, o chá, o sisal, o caju, entre outras). Este campesinato fornecia força de trabalho barata e permitia a reprodução da força de trabalho conseguida abaixo do custo social de reprodução num contexto de padrões regionais diferenciados (no Sul como reserva de mão-de-obra para as minas na África de Sul, no Centro dedicada à economia de plantação e no Norte como produtora de mercadorias (Wuyts 1978). A agricultura familiar e o trabalho assalariado financiam-se mutuamente pelo que, dada a dependência em rendimentos monetários para a consolidação do campesinato, este suportava os custos da sua reprodução. Esta forte dependência do padrão de acumulação no campesinato em Moçambique, adquirido do período colonial com fracas ligações internas (como exemplo, a economia moçambicana especializada na produção de produtos primários não processados para exportação) e o modo de organização social da produção e laboral de um grupo fragmentado de camponeses, parece ter-se mantido após a independência.

Desde os finais da década de 1990 até actualmente, como indicado por Castel-Branco (2010), a natureza extractiva do padrão de acumulação da economia de Moçambique fortificou-se num contexto de exportação de produtos primários com pouco processamento, com o aparecimento de megaprojectos com investimentos direccionados para a exploração de actividades de extracção e infra-estruturas ligadas a esta exploração com poucas ligações na economia (não descurando a falta de ligações fiscais) e desarticulação com a base produtiva. A economia moçambicana é uma economia extractiva onde o investimento é concentrado em actividades produtivas, serviços e infra-estruturas com natureza extractiva, como evidenciado em Castel-Branco (2010). Há uma expansão da concentração da produção industrial em torno da exportação de produtos primários com pouco processamento (como o carvão, a madeira, o algodão descaroçado, o sisal, o gás natural, o chá folha, o açúcar não refinado, o tabaco, a castanha de caju não processada, o camarão, a energia hidroeléctrica, o alumínio) e uma alta dependência no consumo de produtos processados importados.

Este facto parece ser inconsistente com a ideia de uma economia rural dependente de uma agricultura familiar de subsistência, mas consistente com o padrão de acumulação dominante em Moçambique na medida em que as famílias se mostram incapazes de produzir grande parte do que necessitam para a sua subsistência (como óleo alimentar, sal, petróleo, cimento, vestuário, bicicletas).

A maioria dos agregados familiares rurais possuem padrões de vida diversificados, estando envolvidos numa multiplicidade de actividades que incluem o trabalho assalariado para fazer face ao seu consumo corrente, permitir um fundo de investimento e responder a choques.

Alguns estudiosos apontam que, historicamente, os rendimentos salariais monetários, para além de fazerem face às necessidades de subsistência, despesas de serviços sociais básicos (como saúde e educação) e financiamento da construção de habitação, por exemplo, são uma base importante para o investimento na produção familiar através da aquisição de meios de produção (bombas e cisternas de água, implementos agrícolas, etc.) e podem permitir libertar recursos ou produção alimentar para cobrir possíveis períodos de escassez e/ou vender nesses períodos, ao invés de depender do seu consumo corrente (O’Laughlin 1981; Castel-Branco 1983a, 1983b). Similarmente, os rendimentos salariais em espécie podem permitir ‘libertar’ a produção do campesinato para o mercado.

Ademais, os fundos salariais podem permitir uma base de acumulação para prevenção de choques como: quebras no sustento dos AF (funerais, doenças, propinas e outras despesas de consumo inesperadas), quebras de mercado, aumento dos preços de insumos ou transporte, fonte de investimento em actividades alternativas, ajuste a crises locais ou conflitos sobre recursos, entre outros choques. A explicação subjacente a este método analítico parece ser consistente com a realidade de algumas camadas moçambicanas vulneráveis que se deslocam para terras menos produtivas, em resultado da competição pela água e terra com projectos de agro-negócios, mineração, turismo, etc. e precisam de fundos para aquisição comercial de alimentos, enquanto a possibilidade de fontes de rendimento alternativas não se consolidam (Castel-Branco & Mandlate 2012).

A pesquisa conduzida por Cramer, Oya & Sender (2008), baseada num amplo Inquérito sobre Mercados Rurais de Trabalho (MRLS 2002/2003)⁹ nas províncias do centro e norte do país (Manica, Nampula e Zambézia), evidencia uma heterogeneidade nos padrões de vida e na diversidade de ocupações ligadas ao trabalho assalariado (sobretudo de formas irregulares) de muitas famílias rurais (principalmente as de camadas mais pobres). Este estudo revela que os indivíduos rurais entrevistados encontravam-se a trabalhar numa variedade de ocupações de trabalho assalariado incluindo pequenas plantações, lojas de mercado, bares, barracas de mercado, grandes plantações de culturas para exportação (que empregam milhares de trabalhadores temporários).

A necessidade de se envolver em trabalho assalariado e a disponibilidade de oferta de trabalho em si não asseguram a demanda de trabalho assalariado. Na

9 Ou IMRT 2002/2003. Esta pesquisa foi baseada numa combinação de métodos qualitativos e quantitativos.

busca de oportunidades de emprego em MTR mais dinâmicos, alguns grupos da população vêm-se 'obrigados' a migrar (interna - inter provincial e regional - ou internacionalmente) (Standing, Sender & Weeks 1996). Por exemplo, o MRLS 2002/2003 revela casos de necessidade de mobilidade de algum(ns) membro(s) do AF para trabalho sazonal nas médias e grandes explorações onde esteja a ocorrer uma colheita ou sacha. Um outro exemplo é o caso dos cortadores de cana-de-açúcar na Açucareira de Xinavane, grande parte deles provenientes das províncias do centro do país (Manica, Zambézia, Sofala e Tete) que se deslocam, alguns por desespero, do seu local de origem nos períodos de corte de cana, regressando no fim da campanha (O'Laughlin & Ibraimo 2013). A maioria destes migrantes são homens jovens e frequentemente com alguma educação secundária que não conseguem oportunidades de emprego localmente.

No contexto da multiplicidade de actividades no seio dos agregados rurais, é evidenciada a influência de uma base variada e diferenciada de diversos membros do AF. Por exemplo, a pesquisa de O'Laughlin & Ibraimo (2013) indica que as mulheres e as crianças, que estavam em agregados sem rendimentos provenientes de trabalho na açucareira de Xinavane, revelaram desempenhar localmente trabalho para vizinhos e familiares em troca de remuneração em forma de alimentos. Deste estudo pode verificar-se igualmente a dependência de alguns agregados rurais (onde estão incluídos idosos) nas remessas de migrantes a trabalhar na África do Sul. Ademais, algumas mulheres e filhos mais velhos em agregados rurais no posto administrativo de Machubo, no Sul do país, que têm o chefe de família em trabalho migratório na África do Sul, encontram-se a desempenhar trabalho sazonal. Contudo, existe uma heterogeneidade nas oportunidades entre estas e aquelas esposas de trabalhadores assalariados a trabalhar em Maputo (Castel-Branco 1983b). Os idosos e alguns adolescentes que têm maiores dificuldades de se deslocarem às plantações revelam-se, de acordo com uma pesquisa sobre 'plantações de chá e economia camponesa na Alta Zambézia', envolvidos em trabalho assalariado eventual (*ganho-ganho*), dentro da agricultura familiar entre camponeses da região, em troca de remuneração em dinheiro ou espécie (cadernos escolares, comida, petróleo, etc.) (CEA 1982). Adicionalmente, Sender & Oya (2007), na pesquisa sobre os mercados rurais de emprego no centro e norte do país, indicam um alto peso de mulheres divorciadas/separadas ou viúvas no trabalho assalariado agrícola, facto este que é subestimado nas estatísticas oficiais. Das histórias de vida destas mulheres, é indicado que o trabalho assalariado, ainda que de formas temporárias ou irregulares, é um recurso vital para estas mulheres que, muitas vezes, se encontram em desespero e tendo que sustentar os seus filhos e a si próprias.

A emergência do trabalho assalariado rural tem estado associada a processos socioeconómicos de diferenciação e de focos de acumulação distintos e, consequentemente, ao surgimento de grupos fragmentados e desigualdades de oportunidades entre regiões e ao longo do tempo. Os AF são estruturalmente diferenciados e, como indica Oya (2010a), os grupos menos pobres geralmente contêm um maior número de membros com acesso a empregos com maior regularidade e fontes de renda mais estáveis do que as camadas mais pobres. Os AF rurais, para além de serem diferenciados, variam com o tempo e de região para região. As fases diferentes do desenvolvimento do AF podem, por um lado, negligenciar a sua importância e, por outro, permitir (ou não) um fundo de acumulação para outros membros do AF. Por exemplo, com o tempo os AF podem alterar devido à migração, que poderá influenciar diferentemente os investimentos (em produção ou outro) dos AF rurais durante a ausência do migrante e no seu retorno definitivo.

Da análise das distintas fontes de informação apresentadas nesta secção, parece que as formas de trabalho assalariado rural são predominantes e importantes no contexto do sistema social de acumulação dominante em Moçambique, embora estas tenham sido negligenciadas no quadro de análise convencional e estatísticas oficiais. É questionada a metodologia convencional recorrida ao constatar uma contradição sobre a realidade por esta não explicada.

Porque MTR têm sido negligenciados em Moçambique?

Há suspeita de problemas metodológicos suscitados pela negligência de padrões de MTR no quadro analítico convencional e das estatísticas oficiais (IFTRAB, IAF, IOF, INCAF, Censo e TIA).¹⁰

O método analítico e de recolha de dados pode afectar tanto as estatísticas como a pesquisa, colocando em causa a análise de ligações entre MTR, base produtiva, pobreza e desenvolvimento. O quadro analítico em que está assente o inquérito usado pode influenciar o tipo de questões a que se pretende responder e pode limitar a resposta que esta informação pode fornecer a outras questões. Por exemplo, as evidências analisadas parecem indicar uma ligação entre a abordagem analítica e o método de recolha de informação. Os dados oficiais parecem reflectir o método de análise convencional assente numa visão dualista de economia rural de subsistência onde a incidência do trabalho assalariado rural (mesmo temporário) é marginal; característica esta que é inconsistente com a realidade evidenciada. Os

10 Para uma análise aprofundada acerca da metodologia de tratamento da informação veja Ali (2013).

estudos e estatísticas independentes, ao prosseguir a investigação sobre MTR num contexto amplo do sistema social de acumulação, revelam uma predominância de formas heterogêneas de trabalho assalariado rural (sobretudo irregulares), muitas vezes desenvolvido em condições precárias que são consistentes com a natureza extractiva do padrão de acumulação dominante.

Há falta de um inquérito contínuo focado em padrões e dinâmicas amplas de MTR em Moçambique. Sendo o IFTRAB 2004/2005 o único inquérito que existiu, focado em características sobre o emprego em Moçambique, este não permite analisar processos de mudanças, para além de possuir algumas inconsistências nos módulos de emprego rural que se afiguram limitados para estudar a complexidade das dinâmicas laborais.

A informação sobre os MTR não é captada de forma ampla e consistente nos inquéritos e censos convencionais. A maneira como a informação é tratada, desde a concepção dos inquéritos à sua interpretação, afigura-se crucial para assegurar a qualidade dos dados e o entendimento da realidade. Um exemplo de problemas na estrutura metodológica é o tipo de questão de pesquisa contida nos inquéritos oficiais. A questão de pesquisa é estruturada de uma forma que restringe, por exemplo, a ‘hipótese’ de as famílias rurais estarem ligadas a diversificados MTR. Ou seja, somente duas opções relativas ao tipo de actividade desempenhada - ‘actividade principal ou secundária’ – nos últimos sete dias são incluídas nos inquéritos oficiais (com centralidade na primeira), podendo implicar uma má interpretação da questão e que a maioria dos respondentes reporte apenas a actividade de longa duração que se lembre e a auto-classifique como, por exemplo, ‘trabalho na machamba’ por ser a mais regular no período de referência (nos últimos sete dias invés de um período mais abrangente como doze meses), embora possa não ser a única ou possa estar a ser desenvolvida num contexto de combinação com fontes irregulares de trabalho assalariado rural.

Um aspecto a ressaltar no concernente a problemas de interpretação é a ideia ou o ‘preconceito’ que, geralmente, se tem sobre o trabalho assalariado. Este é muitas vezes associado a formas regulares de trabalho, ‘economia formal’ e/ou zonas urbanas (consideradas estáveis), sendo que tendem a ser poucos os que se classificam com trabalhador assalariado/remunerado, em especial na agricultura.

Ao questionar-se um indivíduo que tenha uma machamba, sobre a sua ‘ocupação principal’, se é eventual ou sazonal, parece algo inútil, uma vez que o carácter irregular dessa actividade raramente aparece como principal.

Adicionalmente, os inquéritos oficiais IFTRAB, IAF, IOF, Censo e TIA sofrem de algumas inconsistências conceptuais que comprometem a qualidade dos dados levando à negligência do trabalho assalariado rural. Por exemplo, o conceito de agregado familiar utilizado pode levar a *bias* nos dados sobre MTR

recolhidos. Os inquéritos oficiais baseiam-se num conceito residencial de AF (que considera como membros de AF todos aqueles que têm dormido ou comido com regularidade na residência do AF entrevistado no tempo do inquérito) que pode ignorar, por exemplo, potenciais membros que são contribuintes activos das despesas do agregado embora não residem ou residem com intervalos irregulares na residência do AF entrevistado.

Possíveis implicações da negligência de MTR para a estrutura produtiva

As zonas rurais da economia de Moçambique são um forte alicerce da base de acumulação de capital no país. A economia rural se encontra orgânica e estruturalmente ligada aos mercados de trabalho nacionais e regionais. A organização social da produção familiar foi, historicamente, influenciada pelos interesses do capital. Devido a uma série de bloqueios, como as condições de reprodução social da força de trabalho, o campesinato, diferenciado e com uma frágil estrutura de organização, vê-se estruturalmente integrado no trabalho assalariado.

Os camponeses, que são diferenciados (pobre, médio e rico) podem produzir culturas alimentares e de rendimento para venda e autoconsumo (recorrendo ou não a contratação de força de trabalho adicional) mas também oferecer a sua força de trabalho as plantações agrícolas e/ou envolver-se em actividades não agrícolas, muitas vezes como trabalhadores assalariados dependendo do seu extracto social, relações e contexto socioeconómicos.

Ora, nesta perspectiva, algumas questões emergem. Como é que os processos e as relações de produção, distribuição e reprodução se interligam no contexto do modo de acumulação dominante? Como é que as dinâmicas de acumulação, industrialização e proletarianização se relacionam e que implicações colocam à organização social da produção e a estrutura produtiva?

O desenvolvimento da base produtiva pode ser comprometido caso seja ofuscada a base de acumulação das famílias rurais. Como equacionar, a produtividade das firmas por um lado, e a segurança económica e social da força de trabalho por outro? Considere-se, por exemplo, que algumas firmas desejem aumentar a produtividade via mecanização, que implicações a alternativa pela mecanização coloca a rentabilidade das próprias firmas se tomar em conta que uma consequência imediata desta alternativa é a redução da força de trabalho? A restrição no emprego que muitas vezes constitui a base de acumulação, financiamento e sobrevivência das famílias pode colocar em causa a capacidade das famílias de adquirir bens.

Até que ponto a restrição na fonte de rendimento das famílias para aquisição de bens pode condicionar a procura por bens oferecidos no mercado e implicar uma limitação a possíveis clientes para as firmas?

Ademais, a expansão das firmas pode, em determinadas fases da sua consolidação, ter necessidade de demanda por força de trabalho, como por exemplo no caso do *boom* na indústria mineira. Esta força de trabalho pode ser recrutada localmente ou via trabalho migratório. Pode-se questionar as pressões que esta necessidade coloca a demanda e oferta de força de trabalho e as relações laborais e institucionais em termos de disponibilidade de força de trabalho, sustentabilidade das formas de trabalho, condições de vida e de trabalho entre outras pressões económicas e sociais.

Um outro aspecto a ressaltar e que tem sido muitas vezes ofuscado é a influência que o tipo de actividade, de culturas e épocas agrícolas (se for o caso de actividades agrícolas) pode ter em diferenciados MTR e suas implicações para as firmas. Aqui, é contraditório como, por exemplo, no caso da produção de produtos primários para exportação que são assentes em monocultura e intensivos em força de trabalho (principalmente eventual e sazonal) o trabalho assalariado rural é negligenciado à luz do quadro de análise convencional. Como é possível falar de monocultura, *contract farming* e negligenciar os MTR? Isto levanta pressões para a capacidade organizativa e institucional.

Adicionalmente, considerando a multiplicidade de actividades a que se encontram envolvidos os agregados rurais, se as actividades não agrícolas, por exemplo, se mostrarem mais lucrativas e a força de trabalho se retirar de outras alternativas de fontes de rendimento, a actividade agrícola pode, por exemplo, ser prejudicada, em especial nos períodos de pico em épocas de colheita.

Conclusão

O estudo ilustra que há várias implicações decorrentes da negligência de Mercados de Trabalho Rural para a estrutura produtiva e possibilidades de acumulação em Moçambique ao considerar que a força de trabalho não é um simples activo e que os mercados de trabalho são centrais na estrutura produtiva e sistema de acumulação, *inter alia*, pelas ligações que estimulam entre diferentes agentes e actividades na economia.

A reflexão deste estudo desafia a análise convencional, assente numa perspectiva dualista, segundo a qual a incidência do trabalho assalariado rural é marginal, reflectindo o facto de o meio rural ser assumido como dominado pela produção de pequenos camponeses orientada para a subsistência e dependente do trabalho

familiar que não participa sistematicamente no mercado de trabalho. Este estudo indica que a agricultura familiar e o trabalho assalariado financiam-se mutuamente pelo que, dada a dependência em rendimentos monetários para a consolidação do campesinato, este suporta os custos da sua reprodução.

Mercados de Trabalho Rurais em Moçambique são prevacentes, complexos, múltiplos e heterogéneos e se desenvolvem em contexto de diferenciação socioeconómica. O trabalho assalariado existe em diferentes níveis e em diferentes actividades, há os que se “assalariam” e ao mesmo tempo contratam trabalhadores assalariados em algumas das suas actividades, os que apenas se “assalariam” e os que apenas contratam trabalhadores assalariados, dependendo do seu extracto, processos e relações socioeconómicos assim como actividades envolvidas.

A forma como pensamos e tratamos a realidade pode influenciar os esforços de analisá-la, transformá-la e colocar em causa os objectivos de desenvolvimento. Como pensar e equacionar a estrutura produtiva, distribuição, padrão de vida e o desenvolvimento da base produtiva sem equacionar a natureza dos MTR num contexto amplo das dinâmicas de acumulação em que estes se desenvolvem?

Referências

- Ali, Rosimina 2013. Mercados de Trabalho Rurais: Porquê são negligenciados nas políticas de emprego, redução da pobreza e desenvolvimento em Moçambique? In: Luís de Brito, Carlos Castel-Branco, Sérgio Chichava, & António Francisco (eds.). *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo, IESE.
- Castel-Branco, C. N. 1983a. *A integração dos assalariados com boa base na agricultura numa economia socialista planificada*. Maputo, CEA. UEM
- Castel-Branco, C. N. 1983b. *A integração dos camponeses médios numa economia socialista planificada*. Maputo, CEA. UEM
- Castel-Branco, C. N. 2010. *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique*. Cadernos IESE no. 1. Maputo, IESE.
- Castel-Branco, C. N. & Mandlate, O. 2012. Da Economia Extractiva à Diversificação da Base Produtiva: O Que Pode o PARP Utilizar da Análise do Modo de Acumulação em Moçambique? In: Luís de Brito, Carlos Castel-Branco, Sérgio Chichava, & António Francisco (eds.). *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo, IESE.
- CEA 1982c. *Plantações de Chá e Economia Camponesa. Informação básica para um plano director da Zona Gurúè-Socone, Alta Zambézia*. Maputo, CEA. UEM
- Cramer, C., Oya, C. & Sender, J. 2008. *Rural Labour Markets in Sub-Saharan Africa: A New View of Poverty, Power and Policy*. Policy Brief No 1. London, CDPR.
- Fine, B. 1998. *Labour Market Theory. A Constructive Reassessment*. London and New York, Routledge Frontiers of Political Economy.
- GdM 2011. *Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014*. Maputo, Governo de Moçambique.
- INE (Instituto Nacional de Estatísticas). 2013. Inquérito Nacional Continuo dos Agregados Familiares (INCAF) 2012-2013. Julho-Setembro 2012 Relatório. Maputo: INE.
- INE (Instituto Nacional de Estatísticas). 2009. Censo Populacional. Maputo: INE.
- INE (Instituto Nacional de Estatísticas). 2008. 2008 Trabalho de Inquérito Agrícola (TIA). Maputo: INE.
- INE (Instituto Nacional de Estatísticas). 2005. 2005 Trabalho de Inquérito Agrícola (TIA). Maputo: INE.
- INE (Instituto Nacional de Estatísticas). 2006. Inquérito Integrado a Força de Trabalho (IFTRAB) 2004-2005. Maputo: INE.
- INE (Instituto Nacional de Estatísticas). 2003. Inquérito aos Agregados Familiares (IAF) 2002-2003. Relatório Final. Maputo: INE.
- INE vários a. *Diversos questionários de Inquéritos e Censos oficiais*. Maputo, INE.
- INE vários b. *Base de dados de diversos Inquéritos e Censo oficiais*. Maputo, INE.
- Massingarella, C., Nhate, V. & Oya, C. 2005. *Mercados Rurais de Emprego em Moçambique. Um estudo sobre o trabalho assalariado temporário e informal nas zonas rurais de Manica, Nampula e Zambézia*. Maputo, MPD.
- O'Laughlin, B. 1981. A questão agrária em Moçambique. *Estudos Moçambicanos*. (3), 9–32.
- O'Laughlin, B. 2001. Proletarianisation, agency and changing rural livelihoods: forced labour and resistance in colonial Mozambique. *Journal of Southern African Studies*. 3 (28), 511–530.
- O'Laughlin, B. & Ibraimo, Y. 2013. *A Expansão da Produção de Açúcar e o Bem-Estar Dos Trabalhadores Agrícolas e Comunidades Rurais em Xinavane e Magude*. Maputo, IESE.
- Oya, C. 2010b. *Rural Labour Markets in Africa: The Unreported Source of Inequality and Poverty*. London, CDPR.
- Sender, J. & Oya, C. 2007. *Divorced, Separated, and Widowed Women Workers in Rural Mozambique*. Leiden, African Studies Centre (ASC).

- Sender, J. & Smith, S. 1986. *The Development of Capitalism in Africa*. London and New York, Methuen.
- Standing, G., Sender, J. & Weeks, J. 1996. *Restructuring the Labour Market: The South African Challenge. An ILO Country Review*. Geneva, ILO.
- World Bank 2012. *World Development Report 2013: Jobs*. Washington DC, World Bank.
- Wuyts, M. 1978. *Camponeses e economia rural em Moçambique*. Maputo, CEA. UEM.